

ELEIÇÃO IRELGOV

Após adiamento, associados
escolhem novo conselho

WEBINAR IReGov

Muito além das
palestras online

ARTIGOS

• Perspectivas de melhores práticas em RIG
• STF: COVID-19 é doença ocupacional?

Diálogos

A revista digital do Instituto de Relações Governamentais (IRELGOV)
Ano 7 – Edição 2 – Junho de 2020

irelgov

COMO TEMOS ENFRENTADO A CRISE

- SDR NÃO VAI SUBSTITUIR PLENÁRIO, DIZ BANDEIRA DE MELLO
- UMA AÇÃO DE GUERRA PARA IMPORTAR MÁSCARAS E RESPIRADORES

Editorial

DÉCADA DE OURO

Com tantas transformações ocorridas no ambiente político, durante os últimos anos, arisco dizer que a atividade de Relações Governamentais está vivendo a sua década de ouro.

Entendo que a grande mudança Legislativa, que proporcionou tais transformações, foi a Lei nº 12.846/2013, conhecida como a Lei Anticorrupção. A dita legislação proporcionou o início da operação Lava Jato, em 2014, e mudou a forma de interação entre os setores público e privado, face à grande pressão por regras rígidas de transparência, compliance e accountability. Com isso, um enorme mercado se abriu, não só as multinacionais enxergam a nossa atividade como essencial e estratégica. Agora, empresas médias e grandes, o terceiro setor e as associações de classe começaram a entender a nossa importância.

Além do ponto de vista estratégico, as variadas crises políticas colocaram fermento nesse mercado. Vivenciamos um impeachment Presidencial em 2016, em seguida uma eleição marcada pela influência das redes sociais em 2018 e agora a Pandemia da COVID-19, que veio para colocar a cereja no bolo da instabilidade política. Essas variáveis se transformaram em vetor para o aquecimento da demanda. Olhando para o futuro, quais desafios teremos que enfrentar? Para quem achava que já tínhamos experimentado de tudo desde 2013, acredito que transformações ainda mais profundas virão.

O tema das Relações Governamentais é apaixonante, mas hoje venho aqui me despedir da Presidência do Conselho do iRelGov. Foi um período de desafios, aprendizados, construção de uma base sólida e muitos avanços. A sensação é de dever cumprido, pois vejo que somos uma comunidade muito envolvida e defensora da bandeira das Relações Governamentais. Acreditamos que através dela poderemos fazer um país melhor e uma Democracia forte. A minha contribuição à frente do iRelGov nesses últimos dois anos foi materializada por meio de muito engajamento e dedicação. Coloquei o meu tijolo neste alicerce. Vejo que tem muito a crescer, bem como fortalecer, ainda mais, os seus pilares de fundação, que são a Educação e Reputação.

Nessa trajetória contei com o apoio dos Conselheiros Suelma Rosa (na vice-presidência), Erik Camarano, Fernanda Burle, Gabriel Di Blasi, Kelly Aguilar, Larissa Wachholz, Manoel Fernandes, Diana Loos e Fernando Bueno. Dos diretores Egon Schaden Júnior, Eriça Tominaru, Juliana Celuppi, Raquel Araujo e Publio Madruga, além de Ana Stein, Mariana Guimarães, Silene Moneta e suplentes Anna Paula Losi, Adriana Benatti e Wanderley Moreno, do Conselho Fiscal, colaboradores e parceiros Márcia Rosa, Julia Lousa, Fábio Okubaru e Edna Dantas. Sem a participação desse time incrível não seria possível fazer tantas entregas em apenas dois anos.

Fizemos três missões internacionais, realizamos o primeiro Congresso de Relação Governamentais, participamos do primeiro anuário dos profissionais da área, publicamos o Manual de Boas práticas em Relações Governamentais, conseguimos tornar a revista Diálogos um veículo digital periódico e criamos mais robustez na comunicação das redes sociais. Tudo isso nos possibilitou darmos vários passos nessa jovem jornada. Também conseguimos atrair mais associados e realizarmos mais eventos, gerando mais caixa.

Hoje o iRelGov está preparado para crescer mais. Tenho certeza de que a próxima Diretoria saberá aproveitar o que foi construído, buscará novos desafios e contribuirá para a melhoria da Educação e Reputação da atividade de Relações Governamentais no Brasil.

Agradeço aos associados do iRelGov pela confiança e desejo sucesso a todos os integrantes da próxima Diretoria.



Bruno Perman
Presidente do iRelGov

EXPEDIENTE #01

ANO 7 – Junho de 2020

DIÁLOGOS IRELGOV é uma publicação do Instituto de Relações Governamentais (IRELGOV)
Rua Gomes de Carvalho, 1356
2º andar, E.58
Vila Olímpia – São Paulo – SP
CEP: 04547-005 | Fones:
+55 11 3995-5210
+55 11 98536-0012
E-mail: irelgov@irelgov.com.br

Conselho Deliberativo

Bruno Perman (presidente)
Suelma Rosa (vice-presidente)
Erik Camarano
Fernanda Burle
Gabriel Di Blasi
Kelly Aguilar
Manoel Fernandes

Conselho Fiscal

Mariana Guimarães

Comitê Editorial

Andrea Gozetto
Bruno Perman
Catarina Correa
Eduardo Galvão
Edna Dantas
Fabiano Rangel
Kelly Aguilar
Mariana G. B. Braga
Michel Neil
Raquel Fernandes Batista Araujo
Rodrigo Navarro

A revista **Diálogos IRELGOV** é editada pela **Varidel Comunicação**
Rua Cardoso de Almeida, 1006,
Conjunto 9 – Perdizes – São Paulo – SP – CEP 05013-001
Tel.: +55 11 2501.2202
Email: varidel@varidelcomunicacao.

Jornalista Responsável:

Edna Dantas (MTb 1.259/DF) –

Colaboraram nessa edição:

Renata Miyabe Ueda (design gráfico),
Daniele Aronque (revisão)
e Juliana Mariz (reportagem e texto)
Foto de capa: BigStock

Nessa edição

04

RADAR

O balanço da gestão 2018-2020

18

ENTREVISTA

Luiz Fernando Bandeira de Mello
diz que SDR não substituirá plenário

10

EVENTOS

Eleição do conselho deliberativo
IRelGov e da chapa Convergência

23

SOLIDARIEDADE

Profissional de RIG conta os detalhes
da operação da Suzano para importar
máscaras e respiradores

SUMÁRIO

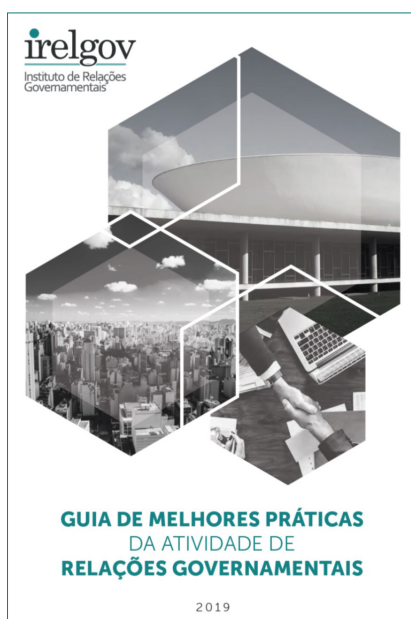
Editorial.....	02
O balanço da gestão 2018-2020.....	04
Muito além dos webinars.....	08
Eleição IRelGov e a chapa Convergência	10
Seja sócio IRELGOV	13
Associados.....	14
Política: legislativo e o corte na carne	17

Entrevista: Luiz Fernando Bandeira de Mello fala sobre SDR e democracias.....	18
Solidariedade Suzano	23
Solidariza IRelGov	26
Artigo: perspectivas de melhores práticas em RIG e a COVID-19	27
Artigo: o STF considera a COVID-19 como doença ocupacional?	31

O BALANÇO DA GESTÃO 2018-2020

Na próxima edição desta revista, o IRelGov terá um novo Conselho Deliberativo. Dez profissionais - mulheres e homens - que abdicarão de seu tempo livre para ajudar a entidade e a atividade a se fortalecerem. O grupo que se despede, liderado por Bruno Perman, pegou um período de grandes turbulências no país e deixa a gestão no momento que o Brasil e o mundo travam a maior luta da humanidade na história recente - a pandemia do novo coronavírus.

No entanto, não poderiam sair sem apresentar aos associados um balanço resumido das realizações nestes dois anos à frente do IRelGov. Desde maio de 2018, o instituto promoveu **41** eventos, entre debates, encontros de relacionamento, networking e webinars, **1** congresso nacional de relações governamentais e **3** missões internacionais de estudo. Isso tudo envolvendo cerca de **1.730** pessoas. A gestão que sai tem orgulho do que fez até aqui e acredita que muito mais será feito.



ESSENCIAL PARA A PRÁTICA DE RELGOV

O **Guia de Melhores Práticas da Atividade de Relações Governamentais** foi lançado no dia 30 de setembro de 2019. A entrega da publicação foi fundamental na construção dos alicerces da atividade de Relações Governamentais no Brasil. Como think tank, o IRelGov se organizou em torno de um projeto de transformação da atividade, baseado em dois pilares: Educação e Reputação. O guia aborda, de forma transparente, práticas recomendáveis e aquelas que não devem ser usadas no exercício da atividade. O trabalho de produção do Guia teve a coordenação de Kelly Aguilar, Fernanda Burle, Erik Camarano e Valeria Café, com a contribuição de Alessandra Gualberto, Andréa Gozetto, Bárbara Teles, Cinthia Battilani, Edgard Usuy, Eriça Tomimaru, Fabiana Parajara, Fábio Rua, Juliana Celuppi, Michel Neil, Shirley Emerick e Vander Giordano. Para acessar, [clique aqui e faça o download](#).

CONGRESSO RELGOV



Promovido pelo IRelGov, o ConRelGov reuniu mais de cem profissionais no Hotel Mercure Ibirapuera, em São Paulo, em junho do ano passado

Nos dias 13 e 14 de junho do ano passado, mais de cem profissionais participaram do Congresso de Relações Governamentais (ConRelGov), realizado no Hotel Grand Mercure Ibirapuera, em São Paulo, e promovido pelo IRelGov em parceria com a Blueprintt. O evento abordou os temas mais relevantes da área, como a regulamentação do lobby, compliance, combate à corrupção, men-

suração de resultado de relações governamentais, aplicação de tecnologia e capacitação profissional.

No painel de abertura, o presidente do IRelGov ressaltou a legitimidade da atividade de relações governamentais na construção de políticas públicas equilibradas. O ConRelGov teve patrocínio da Patri Políticas Públicas, da Di Blasi, Parente & Associados e do Sigalei.

ENCONTRO DE RELACIONAMENTOS



O encontro de representantes do IRelGov com ministro da Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário (à dir.)

No ano passado, membros do conselho deliberativo do IRelGov participaram de quatro encontros de relacionamento com autoridades brasileiras e chinesas. Na visita à Embaixada da China, os representantes do instituto estiveram com o ministro conselheiro Ou Yuhui para apresentar o programa de atividades previstas nas cidades de Pequim e Xangai, destino da 3ª missão internacional de estudos organizada pelo IRelGov. Outro encontro de relacionamento do instituto foi na Controladoria Geral da União, onde representantes da entidade se encontraram em três ocasiões com o ministro Wagner Rosário. Na primeira delas, para tratar sobre pontos do decreto que regulamentaria o lobby no Poder Executivo Federal.

MISSÕES INTERNACIONAIS: WASHINGTON D.C., NOS EUA, E PEQUIM E XANGAI, NA CHINA

Uma parceria do IRelGov com a AmCham Brasil viabilizou duas missões internacionais de estudo de profissionais de relações governamentais brasileiros à Washington, capital dos Estados Unidos. Na primeira viagem, realizada em julho de 2018, o grupo de 25 pessoas participou da chamada Missão Global Advocacy e Lobbying, uma combinação de atividades acadêmicas na George Washington University (GWU) com visitas a empresas, escritórios de lobby e ao congresso norte-americano. A segunda missão, aconteceu em maio do ano passado. A agenda de atividades nos cinco dias foi



A segunda missão para Washington DC: visita ao Congresso Americano e curso customizado na GWU

intensa e, além do curso customizado na GWU, os participantes também fizeram visitas técnicas a

instituições que são referência em temas de advocacy, lobby, regulações e think tanks.



A missão do IRelGov na Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento (CNRD), em Pequim, e na Bolsa de Valores de Xangai



Em outubro do ano passado, foi a vez do IRelGov levar um grupo de profissionais de relações governamentais para uma missão internacional na China – com roteiro que incluiu as duas maiores cidades do país, Pequim e Xangai. A viagem foi possível por meio de uma parceria do instituto com a Associação de Amizade do Povo Chinês para com os Países Estrangeiros, entidade de nível ministe-

rial. Assim, o grupo brasileiro teve acesso a alguns dos principais ministérios do país: Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento, Ministério da Ecologia e do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura e dos Assuntos Rurais e com a Escola Central do Partido Comunista Chinês, principal centro de formação e capacitação de equipes para as instituições de governo da China.



COLUNA NO JOTA

No dia 11 de março de 2020, estreou a coluna mensal que o IRelGov passa a publicar no site JOTA. O primeiro artigo desta parceria foi assinado pelo presidente da entidade, Bruno Perman, que no texto fez um histórico do surgimento do Instituto, revelando seus principais desafios. Depois da estreia, já publicaram na coluna o associado Pedro Avellar Villas Boas, como artigo intitulado “Direito de Petição e Formação da Agenda Governamental”, e a associada Andrea Hoffmann Formiga, que abordou o tema “Atuação em Relações Governamentais em Tempos de Crise”.



REVISTA DIÁLOGOS

No biênio 2018-2020 foram publicadas seis edições da **Diálogos IRelGov**, que vem se consolidando como um dos principais veículos para a publicação de artigos sobre relações governamentais. Neste período, os textos abordaram desde o perfil do profissional e as competências exigidas pelo mercado, novos cenários políticos, até temas como compliance e comércio exterior, além de discussões sobre comportamento e cotidiano das atividades.

REDES SOCIAIS

	2018	2020
	687 seguidores	1.158 seguidores
	não tinha perfil	1.178 seguidores
	2.770 seguidores	8.213 seguidores



WEBINAR

Os webinars foram um dos últimos projetos lançados no final desta gestão. Do início de maio até o fechamento desta edição, já foram realizados sete eventos desta natureza tendo como tema central “COVID-19: os Impactos nas Relações Governamentais”. Leia mais sobre WEBINAR na **página 8**.



Foto: Bigstock

Webinars IRelGov: muito além de palestras online

O projeto Webinar já fazia parte do planejamento do IRelGov desde o ano passado, quando uma pesquisa realizada pela diretoria de Comunicação, capitaneada por Raquel Araujo, apontou que as palestras digitais estavam entre as principais sugestões feitas por associados. A pandemia do coronavírus acelerou a realização do projeto, que foi lançado no dia 28 de abril, com o primeiro de um total de dez episódios da série “COVID-19: os impactos nas Relações Governamentais”.

Entre o primeiro episódio, que teve como palestrantes a vice-presidente do IRelGov, Suelma Rosa, e o cientista político Leonardo Barreto, com mediação do presidente do instituto, Bruno Perman, já aconteceram sete webinars IRelGov,

WEBINAR | irelgov

SÉRIE
COVID-19:
OS IMPACTOS NAS RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

EPISÓDIO 1
A DEMOCRACIA BRASILEIRA NO CAOS DA PANDEMIA:
TECNOLOGIA, TOMADA DE DECISÃO REMOTA
E O FUTURO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

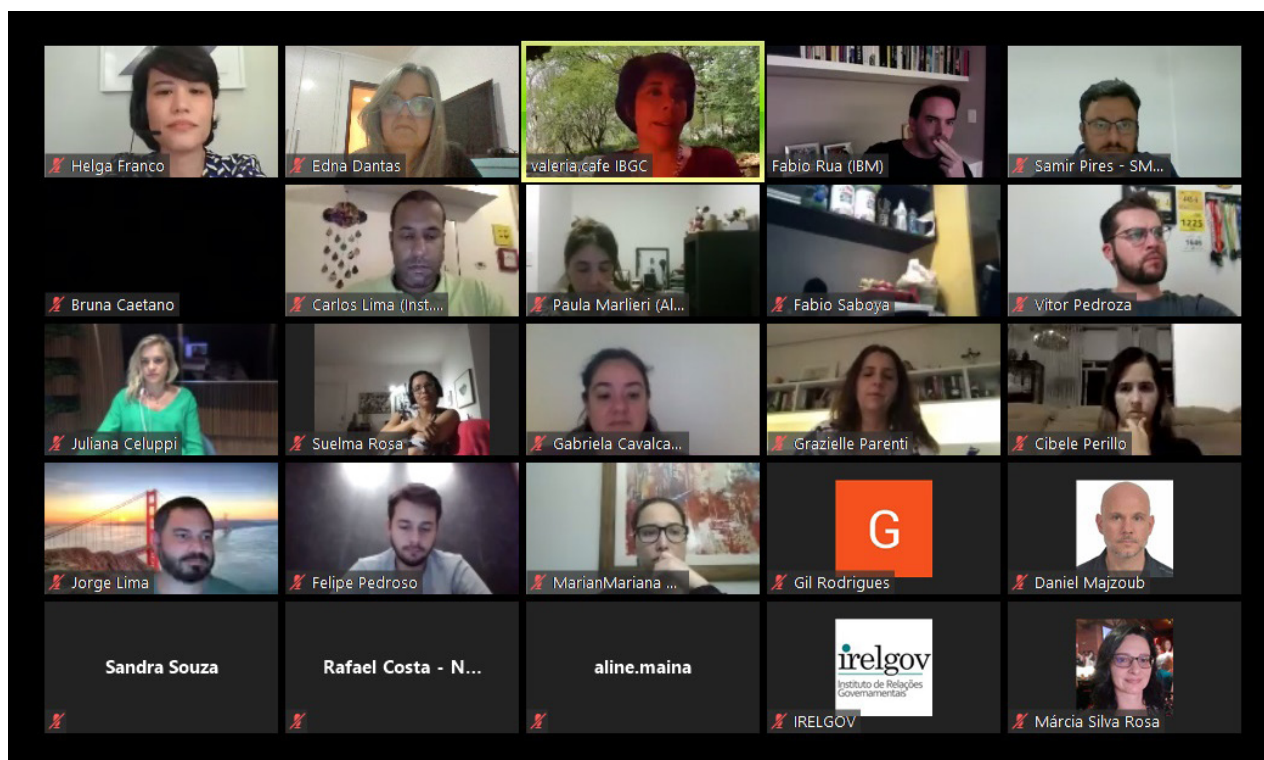
PALESTRANTE
LEONARDO BARRETO
CIENTISTA POLÍTICO
DIRETOR DA VECTOR ANÁLISE

PALESTRANTE
SUELMA ROSA
VICE-PRESIDENTE DO IRELGOV
DIRETORA DE RELAÇÕES
GOVERNAMENTAIS DA DOW

MODERADOR
BRUNO PERMAN
PRESIDENTE DO IRELGOV
SÓCIO DO PERMAN ADVOGADOS

28 DE ABRIL | TERÇA-FEIRA | ÀS 18 HORAS
INSCRIÇÃO: <https://bit.ly/WebinarIRELGOVCovid19Ep1>

Radar irelgov



Na foto, estão alguns participantes do Episódio 2, com Helga Franco, da Nestlé, Valéria Café, do IBGC, e Fábio Rua, da IBM. Na pauta, Criação e Administração de Comitês de Gestão de Crise nas Empresas: o Papel do Profissional de RelGov

que deve concluir essa primeira série até o final de junho. Mas o que fazer com um conteúdo tão rico e com a participação de profissionais experientes, capacitados e renomados depois que a luz da câmera do computador se apaga?

O QUE É O WEBINAR EM RESUMO?

“A ideia é que o IRelGov seja na prática o que ele é em definição: um think tank, ou seja, ser um ‘think’, que produz conhecimento, mas sendo também um ‘tank’, um reservatório, que difunde ideias e conhecimento”, afirma Raquel Araujo. Assim, todas as palestras online promovidas pelo instituto são convertidas em artigos escritos por associados com carreira acadêmica - o Webinar em Resumo.

O que é dito pelos palestrantes é escrito por um observador, com suas palavras, estilo e acrescentando, caso queira, sua própria visão sobre o tema. O primeiro artigo da série sobre o impactos da COVID-19 nas relações governamentais foi escrito pela doutora em Ciências Sociais,

Andrea Gozetto, coordenadora acadêmica do MBA em Relações Governamentais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo. [Acesse o texto aqui.](#)

Além dos artigos, os vídeos com a íntegra das palestras estão sendo disponibilizados aos associados por e-mail.



WEBINAR EM RESUMO

EPISÓDIO 1

O FUTURO DO GOVERNO BOLSONARO

POR ANDREA GOZETTO
COORDENADORA ACADÊMICA DO MBA EM RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS DA FGV/SP



Eventos



Foto: Bigstock

A eleição online do novo Conselho Deliberativo do IRelGov

A eleição do novo conselho deliberativo do IRelGov aconteceria no dia 16 de abril, durante Assembleia Geral Ordinária (AGO) convocada para a data. No entanto, veio a pandemia do coronavírus, o isolamento social e, seguindo as orientações das autoridades sanitárias, todas as atividades presenciais realizadas pelo IRelGov foram suspensas e a escolha da nova diretoria do instituto, adiada.

Dois meses depois desse adiamento, a AGO foi convocada por meio de edital. Ao mesmo tempo, foram divulgados os nomes que integram a comissão eleitoral e a nova data da eleição, marcada para o dia 15 de junho, às 9 horas da manhã. Em caráter especial, a votação – prevista para acontecer cinco dias após o fechamento desta edição da **Diálogos IRelGov** – seria realizada por meio de sis-

tema eletrônico online, com início e fim determinados durante a Assembleia. O sistema especializado foi contratado de uma empresa independente especificamente para este fim.

No Portal da Transparência, plataforma online que reúne em um mesmo espaço todas as informações referentes às eleições, estão o edital de convocação, o edital do Comitê Eleitoral, o calendário do processo eleitoral e o acesso à votação propriamente dita, entre outros documentos que venham a surgir referentes a todo o processo.

TUDO NO MESMO DIA

O Comitê Eleitoral, composto por Kelly Cristina Aguiar, Valeria Mandia Café e Alessandra Martins

Eventos

Gualberto Ribeiro, e calendário das eleições foram definidos de acordo com as normas previstas no estatuto do IRelGov. Assim, ficou decidido que a divulgação do resultado da eleição e posse da nova diretoria aconteceria na mesma data: 15 de junho de 2020.

Ainda segundo o calendário divulgado pelo Comitê Eleitoral, a inscrição de chapas candidatas ocorreu até o dia 30 de maio e, pedidos de impugnação, até 4 de junho. Não houve impugnação e apenas uma chapa foi inscrita para a disputa – a Convergência.

Fazem parte da chapa única a atual vice-presidente do IRelGov no biênio 2018-2020, Suelma Rosa, que desta vez se candidatou à presidência, e como vice-presidente, Fábio Rua. Os oito conselheiros são: Anna Losi, Creomar Souza, Diego Bono-

mo, Helga Franco, Juliana Celuppi, Raul Cury, Valéria Rossi e Wagner Parente. Conheça um pouco mais de cada integrante no texto abaixo.

De acordo com o edital de convocação da AGO, somente os associados que não estiverem inadimplentes por um período de 90 dias poderão votar matérias de interesse do IRelgov. A norma prevê também que apenas aqueles associados por, no mínimo, seis meses poderão eleger os membros do Conselho Deliberativo.

A chapa legitimada na eleição do dia 15 de junho dirigirá o Instituto no biênio 2020-2022 e terá pela frente o desafio de participar do fortalecimento da atividade de Relações Governamentais no período histórico de pós-pandemia.

Quem é quem na chapa Convergência

PRESIDENTE

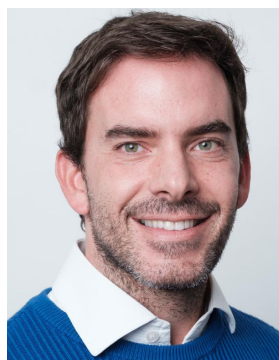


Suelma Rosa

Lidera a área de Relações Governamentais da DOW. Co-fundadora do coletivo Mulheres em Relações Governamentais (MRG) e membro da Women Inside Trade, coordenou e leciona em programas de graduação e pós-graduação no Brasil e no exterior desde

2005. Em 20 anos de carreira, atuou no Governo Federal brasileiro na área de Comércio e Negociações Internacionais. Liderou estratégias de advocacy em Sustentabilidade, Mudanças Climáticas, Meio Ambiente, Infraestrutura e Compras Públicas na Sociedade Civil e nas Nações Unidas. Trabalhou em Relações Institucionais na Vale, Petróleo Ipiranga e EMRC-Emerging Marketing Research & Consultancy. É doutora pelo Departamento de Ciência Política da Universidade de Pantheon – Sorbonne, em Paris. Mestre em Política Internacional e Comparada e bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB), entre outras especializações.

VICE-PRESIDENTE



Fabio Rua

É diretor de Relações Governamentais e Assuntos Regulatórios da IBM América Latina, na liderança de uma equipe multidisciplinar que atua diretamente em 11 países com a missão de contribuir para a transformação digital e adoção tecnológica pelos gover-

nos e sociedade latino-americana. Antes, foi diretor de Relações Governamentais da GE América Latina e diretor de Políticas de Comércio Internacional da Embraer. Também passou pela Vale e pela AmchamBrasil. Youtuber e Instagrammer, é criador do canal TechGov, que tem por objetivo integrar a tecnologia aos debates sobre política e economia. Também é cofundador do movimento Brasil, País Digital, que se dedica à construção de um país mais digital e menos desigual. É graduado em Relações Internacionais (FAAP), pós-graduado em Diplomacia Econômica (UNICAMP) e mestre em Gestão de Negócios Internacionais (FGV/RJ).

Eventos

CONSELHEIRAS E CONSELHEIROS

Anna Losi



Mãe de Gabriel Caled e Maria Clara, cientista política por formação, atuou como RelGov na Patri, na Umbelino Lôbo e na Dominion Consultoria. Em Brasília, liderou a agência Burson Cohn & Wolfe (BCW). No governo, foi gerente no Alfabetização Solidária. Hoje é diretora executiva da AIPC.

Juliana Celuppi



CEO do Radar Governamental e sócia-administradora do Celuppi Advogados. Entusiasta da democracia, com a missão de utilizar da tecnologia e conhecimentos técnicos da área de RelGov para aproximar pessoas do processo legislativo municipal, estadual e federal.

Creomar Souza



CEO e Fundador da Dharma Political Risk and Strategy e professor convidado na Fundação Dom Cabral, atua como consultor de risco político há 15 anos. Foi bolsista do Departamento de Estado do Governo dos EUA e Visiting Faculty na University of Florida (2009). É doutorando de RI na UnB.

Raul Cury



Sócio-fundador da VITTORE Partners, é um dos pioneiros no recrutamento para o mercado de Relações Governamentais nas áreas de Legal, Compliance e Corporate Affairs. Advogado, tem especialização em Global Advocacy and International Lobbying pela George Washington University (EUA).

Diego Bonomo



É gerente-executivo de Assuntos Internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), com 20 anos de experiência em relações internacionais e governamentais no setor privado, governo e academia. É professor do mestrado em Administração no IBMEC, Brasília.

Valéria Rossi



Líder de Assuntos Públicos e Relações Governamentais da ExxonMobil, atuou na área de PR na Inpress Port Novelli e jornalismo em veículos como O Globo. Jornalista de formação, tem especializações variadas em instituições como Columbia University, University of Texas, entre outras.

Helga Franco



Líder de Assuntos Públicos na Nestlé, tem mais de 15 anos de experiência na área de Relações Governamentais em empresas como 3M, Cargill e Mars. Começou como analista na Patri. Cientista Política e Advogada, com especializações em Administração Pública e Direito Administrativo.

Wagner Parente



Acumula a função executiva de CEO da BMJ com consultorias nas equipes de RelGov e Comércio Internacional. Na área, trabalhou no Grupo Queiroz Galvão, na Oxígeno Química, entre outras. Advogado, mestre em Direito das Relações Econômicas Internacionais. É co-idealizador do curso de RelGov da FGV em São Paulo.

Associados do irelgov



Parte do conselho e da diretoria do IRELGOV: Gabriel Di Blasi, conselheiro; Eriça Tominaru, diretora jurídica; Bruno Perman, presidente; Erik Camarano, conselheiro e ex-presidente; Kelly Aguilar, conselheira e ex-presidente; Guilherme Athia, primeiro presidente do IRELGOV; Suelma Rosa; vice-presidente e Juliana Celuppi, diretora de relações institucionais

Seja sócio do IRELGOV

O trabalho para promover a educação e a reputação do profissional de Relações Governamentais é planejado e organizado de forma voluntária por um grupo de conselheiros, diretores, apoiadores e associados, que doam seu tempo para programar eventos e publicações voltados à área, que estimulem o debate sobre a profissão e mostrem a ligação intrínseca entre o diálogo público-privado e a democracia.

Para se associar, entre em contato:

Por telefone: (11) 3995-5210

Por email: irelgov@irelgov.com.br. Podem se associar empresas, entidades e pessoas físicas.

Se preferir, acesse nosso site e na opção "SEJA UM ASSOCIADO/ASSOCIE-SE" para solicitar sua associação.



REPUTAÇÃO

Valorizar a profissão de Relações Governamentais por meio do diálogo com os legítimos interesses da sociedade e do governo



EDUCAÇÃO

Intercâmbio e aprendizado de técnicas, estratégias e fundamentos.

Associados do IRELGOV

EMPRESAS

ABIQUIM

Pável Pereira Batista Rêgo - Assessor de Relações Institucionais e Sustentabilidade
Cynthia Prochnow Zottarelli - Assessora de Relações Institucionais e Sustentabilidade
Lidiane Soares da Silva - Assessora de Relações Públicas

ACTION RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

Gustavo de Assis Carneiro - Sócio-Diretor
Mirian dos Santos Vaz - Sócia-Diretora
Ana Paula Hummel Vieira - Sócia
Guilherme Mendes Rennó Rosa - Sócio
Pedro Araujo Hummel Vieira - Sócio-Administrador
João Henrique Hummel Vieira - Sócio-Gestor

ANCD

BMJ CONSULTORES

Wagner de Macedo Parente Filho - CEO
Juliano Griebeler - Diretor
Verônica Prates - Consultora
Rebeca Lucena - Consultora
Rodrigo Almeida - Sócio
Giselle Coelho - Consultora
Leon Norking Rangel - Consultor
Victor Hugo Brandão - Consultor

BNZ

Everton Gabriel Monezzi - Sócio-Diretor
José Amado de Faria Souza - Advogado e Sócio-Diretor
José Ricardo dos Santos Luz Jr - Sócio-Gerente Institucional
Tony Ferreira de Carvalho Issaac Chalita - Sócio-Coordenador

CCA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Maurício de Albuquerque
Wanderley - Advogado

DI BLASI, PARENTE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Eriça Tomimaru - Advogada Associada
Gabriel Di Blasi - Sócio-Gerente
Raquel Fernandes Batista Araujo - Diretora de Relações Governamentais e Institucionais

DISTRITO RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

Publio Sejano Madruga - Diretor
Danilo Gennari de Souza - Diretor

ESPM

Rodrigo Ulhôa Cintra de Araújo - Diretor de Relações Internacionais
Denilde Oliveira Holzacker - Professora

GE

Daniel Carvalho de Mendonça - Diretor de Relações Governamentais e Políticas Públicas

IBUREAU

Roberta Moreno Cirilo de Almeida Staniscia - Sócia-fundadora
Camila de Souza Salvatore - Coord. de Relações Institucionais e Governamentais
Yohana Wihby Ventura - Analista

ICC BRASIL

Gabriella Dorlhiac - Coordenadora de Políticas Públicas
Leonardo Carmignani Barbosa - Analista de Policy
Karim Cristina Aguiar - Assessora Executiva

INTELIGOV

Raphael Cappuci Maia Negrão Caldas - Sócio-Diretor
Diogo Ferraz Jodar - Customer Success Agent
Aline Silva Pereira - Agente de Desenvolvimento de Novos Negócios
Igor Henrique Ferreira Santos - Customer Success Agent

JEFFREY GROUP BRASIL

Fernando Henrique Carneiro Teixeira - Diretor de Grupo
Alexandre de Souza Mota - Executivo de Contas Sênior
Leonardo Martins de Araújo - Diretor de Atendimento

M. J. ALVES E BURLE

Fernanda de Albuquerque Maranhão Burle - Sócia
Marcos Joaquim Gonçalves Alves - Sócio
Leandro Modesto Coimbra - Sócio

MATCHMAKING BRAZIL

Bernhard J. Smid - Diretor

MATTOS FILHO ADVOGADOS

Gustavo Vieira de Sousa - Assistente de Serviços Jurídicos

MSD

Kelly Cristiane Aguiar - Especialista Sênior de Relações Governamentais
Guilherme Pasetto Leser - Diretor de

Relações Governamentais e Comunicação
Kleber Santos - Gerente de Relações Institucionais

NOVO NORDISK BRASIL

Simone W. Tcherniakovsky - Diretora de MAPAC
Peterson Batista Cruz - Gerente de Relações Governamentais

PATRI

Eduardo Carlos Ricardo - CEO
Michel Neil Trindade Francisco - Sócio-Diretor
Catarina Corrêa Vonsperling - Sócia

RADAR GOVERNAMENTAL / CELUPPI ADVOGADOS

Juliana Celuppi - Sócia-Diretora
Jonas Del Nobile - Sócio
Dayanne Cavalcanti - Sócia
Alison Cassis - CTO
Manuella Faria Bianchini - Advogada Regional

SANOFI -MEDLEY

Maurício Mendonça - Diretor de Assuntos Públicos
Guilherme Freire - Diretor de Relações Governamentais
Lais Dantas Leoni - Diretora de Saúde Pública - Sanofi Pasteur
Isabela Rehem Vargas - Diretora de Relações Governamentais

SCANIA

Gustavo Rodrigo Bonini - Diretor de Assuntos Institucionais e Governamentais
Maurício Adriano Niel - Analista de Governo

SIGALEI

Ivan Ervolino - Diretor de Vendas
Danilo Amaral de Oliveira - Diretor Executivo
Brina Deponte Leveguen - Analista de Novos Negócios
Frederico Amaral de Oliveira - Diretor de Operações
Felipe Scuracchio Maragno Molina - Gerente de Contas

SPC BRASIL

André Luiz Pellizzaro - Gestor de Relações Institucionais e Governamentais
Bianca Paula Robles - Analista de Relações Institucionais e Governamentais
Karoline Lima dos Santos Pereira - Analista de Relações Institucionais e Governamentais
Nayara Duarte Gonçalves - Assistente de Relações Institucionais e Governamentais

Associados do irelgov

SUZANO PAPEL E CELULOSE

Pablo Machado - Diretor Executivo
- Relações e Gestão Legal
Mariana Lisboa - Gerente Executiva
de Relações Corporativas
Lys Piovezan Tardin - Analista
de Relações Corporativas

TOZZINFREIRE ADVOGADOS

Claudio Coelho de Souza Timm - Sócio

TRENCH, ROSSI E WATANABE

ADVOGADOS

Mauricio Caixeta Novaes - CEO
Henrique Kruger Frizzo - Sócio
Heloisa Barroso Uelze - Sócio

VECTOR RELAÇÕES

GOVERNAMENTAIS & INSTITUCIONAIS

Jean Carlo de Castro - Diretor
André Atadeu Moreira - Consultor
Irlon Ferreira da Silva Júnior - Consultor
Letícia Linhares e Silva - Consultora
Mariana Santos de Castro - Consultora

VOLKSWAGEN DO BRASIL

Antônio Megale - Diretor
Assuntos Governamentais
Glória Merendi - Gerente de
Relações Governamentais

WALD, ANTUNES, VITA, LONGO

E BLATTNER ADVOGADOS

Arnoldo Wald Filho - Sócio Fundador
Mariana Tavares Antunes - Sócia-Gestora
Samantha Mendes Longo - Sócia-Gestora
Marcus Vinicius Vita Ferreira - Sócio-Gestor

PROFISSIONAIS

ALBERTO DO AMARAL

OSORIO BUENO - Concordia
Public Affairs Strategies

ALESSANDRA MARTINS GUALBERTO

RIBEIRO - Tauil Chequer Advogados
Associado a Mayer Brown

ALESSANDRA ROMANO

GRANGEIRO - Companhia
Siderúrgica do Pecém - CSP

ALEXANDRE AMISSI GARCIA

SILVEIRA - Dow Química

ANA CAROLINA LACERDA

TIMPONI - ABIVIDRO - Associação
Brasileira das Indústrias de Vidro

ANA LAURA DINIZ DE SOUZA - JOTA

ANALU CORDEIRO DOS

SANTOS - Cargill

ANDRÉ COELHO MENDONÇA

ELER - Bites

ANDRÉ MACEDO DE OLIVEIRA

- Faculdade de Direito da
UnB /BMA advogados

ANDRÉA CRISTINA OLIVEIRA

GOZETTO - Docente da FGV /
Gozetto & Associados

ANDREA FABRINO HOFFMANN

FORMIGA - Perman
Advogados Associados

ANDRÉA MARIA MEIRELLES DE

MENEZES - Sociedade Amigos
da Barra do Sahy - SABS

ANDREA VERISSIMO LOPES DE

ALMEIDA - Avelã Public Affairs

ANDRIEI GUTIERREZ - IBM Brasil

ANGELA TAVARES REHEM DE

AZEVEDO - Libertas Consultoria

ANNA PAULA DE CARVALHO LOSI DE

OLIVEIRA - AIPC - Associação Nac.
da Indústria Processadora de Cacau

ANSELMO AKIRA TAKAKI - Unilever

ANTÔNIO (NEWTON GALVÃO)

CESAR JR. - Fresenius-Kabi

ARMANDO DE QUEIROZ

MONTEIRO BISNETO - Mattos
Engelberg Advogados

BARBARA THAYS ARRIZZI

BORTOLIN - Prumo Logística

BEATRIZ DIB NAMI - Estudante

BEATRIZ SILVA DE BARROS

FREIRE - ABRACE

BERNARDO MENDES DE OLIVEIRA E

SILVA - ThinkBrasil Business Advisors

BIANCA SADKOWSKI

DALSTON - Rosneft

BRUNO PERMAN FERNANDES -

Perman Advogados Associados

CARLOS EDUARDO CABRAL DE LIMA -

Instituto Brasileiro da Cachaça - IBRAC

CARLOS HENRIQUE

PARENTE DE BARROS

CÁTILO BRZERSKI CÂNDIDO -

Abralatas - Associação Brasileira de
Produtores de Latas de Alumínio

CIBELE LEITE PERILLO

FERREIRA - Raizen

CIBELE MARQUES SANTIAGO DE

OLIVEIRA - Alesp - Assembleia
Legislativa do Estado de São Paulo

CINTHIA BATTILANI GIANTOMASSI

MEDEIROS - Nike do Brasil

CLARICE MOSELE - InvestSP -

Secretaria de Turismo do Estado de SP

CLEUBER LUIZ SOBRINHO - Abrinter

- Associação Interbrasileira
de Investidores em Energias
e Recursos Renováveis

CREOMAR LIMA CARVALHO DE

SOUZA - Fundação Dom Cabral/
Dharma Political Risk and Strategy

DANIEL CARVALHO DE MENDONÇA

- General Eletric do Brasil - GE

DANIEL MOURAD MAJZOUB

- HMP Attorneys

DELILE GUERRA DE MACÊDO

JUNIOR - Sindipeças/Abipeças

DEMETRIUS FERREIRA E

CRUZ - Seguradora Líder

DIEGO LUIZ GOMIDE COSTA - Agro

Relações Governamentais

DIEGO ZANCAN BONOMO - CNI -

Confederação Nacional da Indústria

DIOGO FRIZZO DE MEDEIROS

- MHB Advogados

DIOGO WAKIZAKA - Becomex Consulting

EDGARD NOVUCHY PEREIRA USUY

- Integra Inteligência Política

EDUARDO ARAUJO RAMOS

- AR Consultoria

EDUARDO RIBEIRO GALVÃO

- Pensar RelGov

EDUARDO SARAIVA CALDERARI -

Roche Produtos Farmaceuticos

EGON LUÍS SCHADEN JÚNIOR -

ELIANE SILVEIRA LAPA - Alelo

ELISA CRISTINA FERRERO

KLABUNDE - Agência TUTU

EMANOEL TAVARES COSTA

JUNIOR - Rumo Logística

ERIK SASDELLI CAMARANO -

BioMarin Brasil Farmacêutica

EVERSON RICARDO ARRAES

MENDES - AMAE - Arraes Mendes
Advocacia Empresarial

FABIANA AGUIAR LIMA - Alelo S/A

FABIANE CUNHA LAZZARESCHI

- Atvos Agroindustrial

FABIANO BOLCATO RANGEL

- Leão Alimentos

FÁBIO A. RIBEIRO DE LIMA RUA - IBM

FABIOLA HELENA FARIAS MATHIAS

DE TARSO - Governo do Estado
de SP - Fundo Social SP

FERNANDO BENJAMIM BUENO -

Demarest & Almeida Advogados

FERNANDO RABELO RIBEIRO

- Fundação Brava

FLÁVIO HENRIQUE GOMES DE

SOUZA - Laboratorios Pfizer

FLÁVIO MOURA FÉ LIMA - Faith

Relações Institucionais e Compliance

FREDERICO DA SILVEIRA BARBOSA

- Barbosa, Pontes e Gaertner
Advogados | FIPECAFI

GABRIEL COSTA PINHEIRO CHAGAS -

Comparini e Pinheiro Chagas Advogados

GABRIELA CUNHA DE MELO

CAVALCANTI - Câmara
Municipal do Recife

GRAZIELLE TALLIA PARENTI - BRF

GIOVANI TRINDADE CASTANHEIRA F.

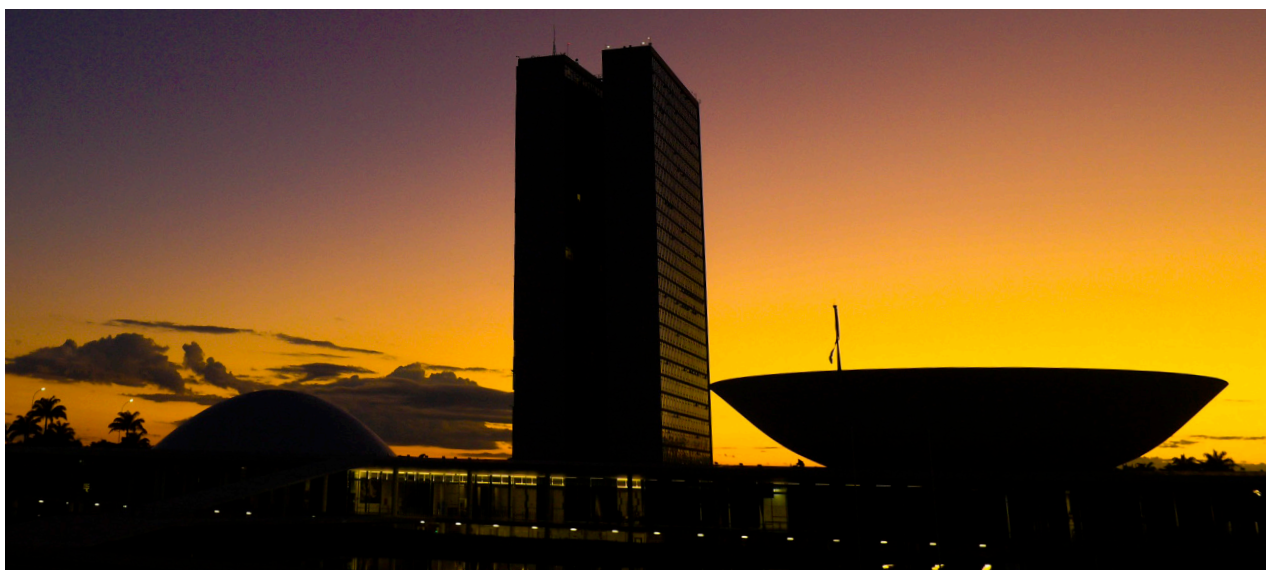
MENICUCCI - BMA Advogados

Associados do irelgov

GUILHERME ARTUR GASEL MARTINS
 - Câmara Municipal de Goiânia
 GUILHERME ATHIA - Atlântico Europe
 GUILHERME CANIELO DE ARAÚJO -
 Abralatas - Associação Brasileira de
 Produtores de Lata de Alumínio
 GUSTAVO JOSE MIANO BONORA
 BISCASSI - Steptoe Johnson LLP
 GUSTAVO MARTINELLI GAZOTTO -
 HELGA PAULA FRANCO
 MEUSER - Nestlé
 ISABELA FERNANDA
 MENDES - GRI Club
 ISABELLA MARTINS DO
 CARMO ISA CTEEP
 JOÃO MARQUES DA FONSECA NETO -
 EMDOC Serviços Especializados Ltda
 JOÃO PAULO ORSINI MARTINELLI
 - Florêncio Filho e Camargo
 Aranha Advogados
 JORGE HENRIQUE SILVA
 LIMA - Kimberly-Clark
 JOSÉ FERNANDO LATORRE
 FILHO - Latorre Advogados
 JOSÉ GABRIEL ASSIS DE ALMEIDA -
 J G Assis de Almeida & Associados
 JOSÉ LUIZ PIMENTA JUNIOR
 - Amcham Brasil
 JUAN CARLOS THOMPSON - ILAR
 - Associação Latino-americana de
 Medicamentos isentos de Prescrição
 JULIANA AIROSA VILLANO - BASF
 JULIANA DOS SANTOS
 NORONHA - SBT
 JULIANA GIRARDELLI VILELA - Vilela,
 Motta & Andrade Advogados
 JULIANNA GRANJEIA SILVA
 - Assessora Parlamentar
 JULIO DE SOUZA COMPARINI
 - Comparini e Pinheiro
 Chagas Advogados
 KARLA CHRISTINA MARTINS
 BORGES FURLANETO - BFSa - Borges
 Furlaneto Sociedade de Advogados
 KELLY CRISTIANE AGUILAR
 - MSD Brasil - Merck Sharp
 Dohme Farmaceutica Ltda
 LEONARDO HIDALGO RACY -
 Tribunal de Justiça de São Paulo
 LUCAS PARREIRA LORINI - Consulado
 Geral Britânico em São Paulo
 LUCIANO INÁCIO DE SOUZA - Cescon,
 Barriue, Flesch & Barreto Advogados
 LUCIANO PEDREGAL DE CASTRO
 LIMA - Sindipeças/Abipeças
 LUCIEN BERNARD MULDER
 BELMONTE - Abividro - Associação
 Brasileira das Indústrias de Vidro
 LUIZ FERNANDO VISCONTI - Visconti
 Law - Legal & Public Affairs
 MANOEL FERNANDES
 MACEDO JR - Bites

MARCELE BERTONI ADAMES -
 Adames Cezimbra Advogados
 MARCELO TOREZAN - Vertex
 Farmacêutica do Brasil Ltda
 MÁRCIA REGINA MOSCATELLI -
 Ultragenyx Brasil Farmacêutica Ltda
 MÁRCIO RAFAEL MARQUES BARBOSA
 MACIEL - Abert - Associação
 Brasileira de Emissoras de Rádio TV
 MARIA IZABEL COLLOR DE
 MELLO - Agência TUTU
 MARIANA GUIMARÃES
 BORBOREMA BRAGA -
 MARIANA LESSA DE ALMEIDA
 LA POENTE - UERJ
 MARIANA SANTOS DE
 CASTRO - Vector Relações
 Governamentais e Institucionais
 MARILIA RANGEL RIBAS MARTINS
 CAMPOS - MSD Saúde Animal
 MARINA BERTUCCI FERREIRA
 - Pinheiro Neto Advogados
 MÁRIO FERREIRA CAMPOS FILHO -
 Siamig - Associação das Indústrias
 Sucroenergéticas de MG
 MARIO SERGIO RAMALHO
 - RM CONSULT
 MARTUS ANTÔNIO R.
 TAVARES - Bunge Brasil
 MICHELLE MAXIMIANO MARTINS
 - LongPing High Tech
 MILENA MARTINS OLIVEIRA -
 CCA Advogados Associados
 MIRNA LARISSA WACHHOLZ CABRAL
 - Ministério da Agricultura e Pecuária
 MOACIR C. FURTADO JUNIOR
 NADIA ALI EL HAGE -
 Unichem Farmacêutica
 OTHAVIO PAULINO DA COSTA PARISI
 - Autopass S/A - Mobilidade Urbana
 PABLO MACHADO - Suzano S.A.
 PATRÍCIA MARTIGNONI BLANCO
 BELMONTE - Palavra Aberta
 PAULO EDUARDO DE CAMPANTE
 SANTOS - CropLife Brasil
 PAULO GONÇALVES HOMEM - Raízen
 PAULO MASSI DALLARI - 99 App
 PEDRO AVELLAR VILLAS-
 BÔAS - MJ Alves e Burle
 Advogados e Consultores
 PIERO MONTEIRO SIAL - Mesquita,
 Verçosa e Monteiro Sial Advocacia
 RAFAEL BERNARDI SILVA - Bernardi,
 Koch, Ferrario & Aguiar Advogados
 RAFAEL FREITAS MACHADO -
 Machado, Leite & Bueno Advogados
 RAUL CURY NETO - VITTORE Partners
 REBECA DE SOUZA LEÃO
 ALBUQUERQUE - Navarro
 Prado Advogados
 RENARD P. ARON - Consultor
 Independente

RENATA DE PAIVA PUZZILLI
 COMIN - FGV/EAESP
 RENATO BORDINI MEGDA - Heineken
 RICARDO DE SABOYA ROCHA
 MIRANDA - Ocesp / Sescoopsp
 RICARDO WAHRENDORFF
 CALDAS - IEL
 ROBERTA SAYURI KURUZY -
 Kuruzu, Maróstica Advogados
 ROBERTO BRAGA DE
 ANDRADE - Braga de Andrade
 Advocacia Empresarial
 ROBERTO CARLOS DE ALMEIDA
 ROBERTO CARSALADE QUEIROGA -
 M & Queiroga Relações Institucionais
 RODRIGO FERREIRA VICENTE - CAIXA
 RODRIGO MELO MESQUITA -
 Rodrigo Mesquita Advocacia
 RODRIGO NAVARRO DE
 ANDRADE - FGV/Abramat -
 Associação Brasileira da Indústria
 de Materiais de Construção
 ROSILDA SANTOS RACHADEL
 PRATES - Hexa Brasil
 RUTH BATISTA CRUZ
 QUEVEDO - Cielo SA
 SAMIR ANDRÉ FERREIRA PIRES -
 Smart Modular Technologies
 SAMUEL DA SILVA LEMOS
 - Kinross Mineração
 SÉRGIO AUGUSTO CAVALHEIRO
 FERREIRA - Mani Holdings
 SÉRGIO OLIVEIRA VILALVA RIBEIRO
 - Prefeitura Municipal de Salvador
 SHIRLEY EMERICK DUTRA - Braskem
 SILENE TOGNOLI GALATI
 MONETA - Nike
 SILVIA DE TOLEDO
 FAGNANI - ThinkBrasil
 SILVIA FERRARI ABUD -
 Prefeitura de SP
 SUELMA ROSA DOS SANTOS
 - Dow Química
 TACYRA OLIVEIRA VALOIS
 NERY - ABBOTT
 TAIS MENDES - Grupo Uol/PagSeguro
 TATIANA SIQUEIRA NOGUEIRA -
 Sanofi Medley Ind. Farmacêutica
 THAIS MARÇAL RODRIGUES
 MATIAS - Grupo Globo
 VALERIA CORA ROSSI - ExxonMobil
 VALERIA MANDIA CAFE - IBGC
 VANDER ALOÍSIO
 GIORDANO - Multiplan
 VANESSA DORATIOTO
 DAMO - Estudante
 WAGNER AUGUSTO DE GODOY
 MACIEL - Godoy Maciel
 Advocacia e Consultoria
 WILLIAN TADEU GIL -
 Sodexo Pass do Brasil



Até agora, 'corte na carne' aconteceu apenas em São Paulo

Em sessão realizada no dia 24 de abril, os vereadores de São Paulo aprovaram projeto de resolução que autorizou o corte de 30% em seus próprios salários e de outros 30% nas verbas de gabinete. A medida, promulgada no mesmo dia, passou a valer em 1º de maio e deve prevalecer até o final de dezembro - 53 vereadores votaram a favor da proposta apresentada pela Mesa Diretora da Câmara e nenhum, contra. Com a redução, a economia será de R\$ 8 milhões repassados para a Saúde. Propostas de 'cortes na própria carne' surgiram em outras Casas Legislativas da federação, inclusive no Congresso Nacional.

Segundo a ferramenta Tracking, desenvolvida pelo JOTA, desde o início de março tramitam na Câmara e no Senado pelo menos 17 projetos de lei, decreto legislativo ou resolução com o objetivo de reduzir os subsídios de parlamentares, agentes públicos ou impedir o reajuste dos salários de servidores públicos. Até agora, no entanto, nenhum foi adiante. Em Vitória, capital do Espírito Santo, um projeto de lei de autoria do vereador Roberto Martins (REDE) foi arquivado durante sessão ordinária da Câmara Municipal. Os integrantes da Comissão de

Justiça da Casa decidiram pela inadmissibilidade da proposta, argumentando que a maioria dos vereadores da comissão de finanças se recusou a assinar o projeto. Por outro lado, a Câmara Municipal de Vitória aprovou a redução do número de assessores e de verba de gabinete.

Em alguns legislativos municipais, houve aumento de valores. Em Porto Alegre, por exemplo, o teto salarial de servidores públicos subiu de R\$ 19,4 mil para R\$ 35,4 mil. Em Palmas, a Câmara aprovou reajuste salarial dos servidores de 4,48%.



Pelo plenário virtual, vereadores de São Paulo cortaram 30% de seus próprios salários até dezembro

Entrevista



Foto: Edilson Rodrigues, Agência Senado

“O SDR não foi feito para substituir o plenário”, afirma Bandeira de Mello

Secretário-geral da Mesa Diretora do Senado, o pernambucano **Luiz Fernando Bandeira de Mello**, 40 anos, garantiu à **Diálogos IRelGov** que o Sistema de Deliberação Remota (SDR) implementado na Casa não substituirá as discussões e debates entre parlamentares. A tecnologia, reforça, é apenas uma alternativa para tempos de guerra, colapsos no sistema de transporte ou pandemias. Bandeira de Mello admitiu, entretanto, que as videoconferências podem ser opção eficientes para as comissões permanentes, como a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ou a Comissão de Saúde.

Nesta entrevista, o servidor do Senado e cargo-chave para a operação do parlamento, fala sobre a concepção, implantação e melhorias feitas

no SDR quase três meses após a primeira sessão remota, no dia 20 de março, e defende as discussões parlamentares como parte essencial do funcionamento legislativo e, consequentemente, para a democracia. A seguir, os principais trechos da nossa conversa:

DIÁLOGOS IRELGOV – Quais lições o senhor tirou da crise causada pela pandemia da COVID-19 no universo dos trabalhos legislativos?

LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO - Vou responder com uma frase que virou refrão da nossa equipe: em tempos de crise o parlamento não pode parar. Num momento de pandemia, de dificuldades como o Brasil está vivendo tanto no plano sanitá-

Entrevista



Foto: Roque de Sá, Agência Senado

Segundo o Secretário-Geral da Mesa, as votações presenciais voltarão a acontecer

rio quanto no plano político, imagine como seria mais difícil se o parlamento não estivesse funcionando, se não fosse possível votar Medidas Provisórias, se todas tivessem caindo por falta de prazo, se não fosse possível alterar o orçamento, se não fosse possível alterar a LRF [Lei de Responsabilidade Fiscal], se não fosse possível alterar uma série de coisas e o país tivesse de ser regido por Medidas Provisórias e Decretos? No momento que você viabiliza o funcionamento parlamentar durante uma pandemia, você assegura a própria democracia. O funcionamento normal do Parlamento, juntamente com as eleições periódicas e universais, são os dois elementos mais essenciais, mais visíveis, mais evidentes de uma democracia. Sem dúvida, a lição que eu tiro é que a tecnologia é um instrumento para a essência do debate parlamentar. A Casa em si funciona de um jeito diferente, mas ela continua sendo a expressão da vontade dos senadores.

“No momento que você viabiliza o funcionamento parlamentar durante uma pandemia, você assegura a própria democracia. O funcionamento normal do Parlamento, juntamente com as eleições periódicas e universais são os dois elementos mais essenciais, mais visíveis, mais evidentes de uma democracia.”

DI – A tecnologia tem mantido o Senado funcionando, mas sem discussões aprofundadas. Isso pode ser melhorado?

BANDEIRA DE MELLO – Na minha opinião, o SDR já permite bastante discussão. Ele não foi feito para substituir o plenário. A ideia não é substituir as discussões presenciais. Isso é uma coisa transitória, criada para funcionamento em pandemias, em guerras, em colapsos do sistema de transporte, esse tipo de situação – mas não há a intenção de substituir a discussão parlamentar. Continuo achando que o contato direto e pessoal entre os parlamentares numa sessão é essencial. Agora, admitindo que no momento esse contato é impossível, eu acredito sim que o SDR permite a discussão. E tanto é assim que nós tivemos diversas votações com debates, com destaques, votações que mudaram, inclusive, de sentido ao longo da sessão. Tivemos votação de destaques da minoria que foram aprovados, o que mostra, portanto, que

Entrevista

Luiz Fernando Bandeira de Mello acompanhando sessão ao lado do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP)



Foto: Agência Senado

apesar da discussão ser um pouco mais limitada, os senadores sabem o que estão votando, conseguem formar acordo e entendimentos, e aquilo que no mérito é impossível de conciliar resolve-se no voto. É muito importante destacar que o quórum nas sessões remotas tem sido mais elevado do que o quórum das votações presenciais. Temos trabalhado hoje com uma média de 78, 79 votos. Em algumas sessões já tivemos 81, contra uma média presencial de 65 votos, 70 votos por sessão. Sem dúvida, me parece que o sistema permite sim uma participação e a melhor demonstração disso são os quórums das votações e o número de destaques e consensos que vêm sendo formados muito pela ação, também, dos relatores da matéria.

DI – Qual o legado deste sistema?

BANDEIRA DE MELLO – Eu acredito que o SDR só deva ser usado na sua parte de deliberação para sessões em período de pandemia, de guerra, de colapso de transporte, de emergência sanitária, etc. Porém, me parece que a parte de videoconferência vai ser muito útil para as audiências públicas de comissão. Antigamente, se você quisesse ouvir um ex-

pert em algum assunto, por exemplo, na comissão de saúde ou na CAE [Comissão de Assuntos Econômicos], você queria ouvir um economista e ele estivesse em Paris, Berlim, ou Nova York ou São Paulo, você antes teria que conseguir agenda, ele teria que pegar um avião, vir a Brasília, talvez perder um ou dois dias, dependendo de onde ele viesse. Isso não só representa um ônus como uma dificuldade que envolve locomoção e agenda. Na medida em que eu posso usar as conexões remotas, por videoconferência, para colocar um especialista no telão de uma comissão, eu barateio a operação parlamentar, simplifico e ganho eficiência. Eu acredito que a parte de videoconferência do SDR certamente será um legado que usaremos nas comissões. Mas acredito, que na votação não. A votação, realmente, fica restrita a tempos fora da normalidade.

DI – O SDR rendeu reconhecimento internacional ao Senado Federal. Como foi possível colocá-lo em funcionamento tão rápido?

BANDEIRA DE MELLO – O Senado já vinha num processo importante de digitalização. O Brasil tem um dos parlamentos mais digitalizados do mundo

Entrevista

e isso já é reconhecido há anos, o que evidentemente simplifica na hora de dar um passo a mais. Um parlamento mais tradicional, como da Inglaterra ou do Canadá por exemplo, tem evidentemente uma barreira maior a vencer. Nossa estratégia foi traçada a partir do dia 13 de março, uma sexta-feira. Em sete dias corridos conseguimos fazer a primeira sessão remota, mas sem o aplicativo para votação. Nesta primeira sessão, o voto foi cantado pelo vídeo. Então, o que fizemos ali foi uma concepção de como realizar uma sessão por videoconferência segura e na segunda-feira seguinte, já tínhamos o aplicativo de votação.

DI – No acompanhamento das votações foi detectada alguma falha no sistema?

BANDEIRA DE MELLO – O sistema é composto de quatro partes. Uma parte de videoconferência, que é fornecida por uma empresa privada americana, a Zoom, outra parte é desenvolvida pelo Prodasen, que é o sistema de protocolo, recebimento de emendas, pareceres, projetos, 100% remoto. Outra, é a estrutura normativa, o savoir-faire, a gestão operacional de equipes, boa parte contida no manual dessas tecnologias. E, finalmente, uma quarta parte que é um aplicativo de votação por qualquer celular previamente cadastrado. Nossa preocupação era que essa votação remota fosse segura. Tivemos uma única falha. A operadora de telefonia celular estava demorando a enviar as mensagens de SMS, que garantiam uma dupla camada de segurança, ou dupla autenticação. E isso gerou um atraso indesejável na votação. Acredito que não podemos dizer que houve nenhuma falha no sistema, quando, evidentemente, os senadores têm boas conexões de internet. Mas aí não é um problema do sistema, é um problema de infraestrutura da internet brasileira.

“Na medida em que eu posso usar as conexões remotas, por videoconferência, para colocar um especialista no telão de uma comissão, eu barateio a operação parlamentar, simplifico e ganho eficiência.”

DI – O Senado tem parlamentares de diferentes faixas-etárias. Como a Secretaria-Geral tem atuado para amenizar as dificuldades que possam surgir na forma dos senadores usarem o sistema?

BANDEIRA DE MELLO – Na verdade, nós temos um problema não só de faixa etária mas também de conectividade no Brasil. Organizamos uma série de medidas implantadas naqueles primeiros sete dias: montamos um help desk para os senadores, para eles ou seus assessores ligarem ou tirarem dúvidas, dando instruções de como logar no sistema; criamos um vídeo tutorial mostrando aos senadores

como votar, disponível no hotsite; adicionamos ao sistema também um telefone 0800 para que caso o senador, por exemplo, esteja numa fazenda, sem sinal de internet, mas tem uma linha telefônica convencional, consiga entrar com voz na sessão, falar, defender suas ideias e ainda votar por telefone. Na hora, um membro da mesa irá registrar o voto no sistema diante das câmeras. Então, uma série de preocupações para permitir tanto o uso por senadores com

uma tradição mais analógica quanto senadores que, eventualmente, estejam em localidades com baixa conectividade à internet.

DI – Qual tem sido o feedback dos parlamentares?

BANDEIRA DE MELLO – A primeira reação dos parlamentares foi um certo alumbramento, ficaram impressionados como a sessão se deu de forma tão inovadora e tão rápida. Na sequência, surgiu um questionamento, porque alguns parlamentares que não eram líderes acharam que estavam com dificuldade para poder colocar suas posições e suas opiniões de forma habitual, ou seja, eles estavam falando depois que a matéria era votada e ainda por cima não tinham condições de falar sobre um

Entrevista



Foto: Waldemir Barreto, Agência Senado

assunto dissociado daquela votação. Isso gerou um pouco de crítica, que já foi resolvido. Criou-se um espaço para vídeos gravados de até cinco minutos na TV Senado, antes da sessão. Durante a sessão, independentemente da matéria que estão votando, damos a palavra a dez senadores para discuti-la e assim conseguimos equilibrar um direito natural à discussão, ao debate das proposições, mas também não prolongar demais as sessões remotas que são mais cansativas e precisam ser mais curtas.

DI - Já havia a intenção de adotar o SDR há muito tempo?

BANDEIRA DE MELLO – O rascunho do SDR surgiu durante a paralisação dos caminhoneiros, ainda no governo Temer. Na ocasião, tivemos alguns problemas de fornecimento de combustível, inclusive querosene de aviação, e voos foram cancelados. Ali começamos a rascunhar o que poderia ser uma votação remota, mas naquele mo-

mento imaginando um senador ou dois ou três que não pudessem chegar a Brasília, não uma solução para 100% do Senado. Não chegamos a escrever nenhuma linha de programação porque a greve foi de-

belada e o fornecimento de combustível voltou ao normal. Aquele projeto foi engavetado porque não era prioridade, e outras coisas foram sendo desenvolvidas.

DI – Qual o investimento feito para implantação do sistema?

BANDEIRA DE MELLO – O SDR, apesar de ser vistoso e parecer muito sofisticado e caro, foi barato. O Senado gastou 200 dólares por mês com a assinatura

corporativa do sistema de videoconferência e 200 mil reais para o desenvolvimento do software que permitiria a votação pelo celular. Então, valores bastante abaixo do que seria o ônus para o Brasil se o parlamento não estivesse funcionando nesse momento de pandemia.

“ O SDR, apesar de ser vistoso e parecer muito sofisticado e caro, foi barato. (...) valores bastante abaixo do que seria o ônus para o Brasil se o parlamento não estivesse funcionando nesse momento de pandemia. ”



Foto: Prostooleh, Freepik

A guerra por máscaras e respiradores

Após 45 dias de muito trabalho, a Suzano conseguiu trazer para o Brasil material para salvar vidas. À frente da operação, que envolveu cerca de 70 pessoas, estava o profissional de relações governamentais Pablo Machado, que nos falou do desafio

Pouco tempo depois de ser decretada a quarentena no país, sociedade civil e iniciativa privada agiram para ajudar no combate à crise do coronavírus. As ações envolveram doação de dinheiro, construção de hospitais, arrecadação de fundos e importação de insumos, tudo parte de uma iniciativa inédita e solidária. Entre as empresas que se engajaram está a Suzano, produtora de papel e celulose de eucalipto que importou da China 159 respiradores e 1 milhão de máscaras n95. Justamente por ter operação no país asiático, a empresa acompanhou todas as consequências da COVID-19 desde o início. Logo em fevereiro, uma equipe começou a se reunir duas vezes por semana para traçar um plano de medidas que englobava três aspectos: proteção dos colaboradores, dimensão social (como poderiam ajudar a sociedade brasileira) e proteção e oportunidade de negócios.

A partir desses encontros foi possível avaliar que a demanda interna era por respiradores e máscaras. A empresa, então, disponibilizou R\$ 50 milhões do total de R\$ 60 milhões reservados para a “operação COVID-19” na compra e importação dos produtos. Os outros R\$ 10 milhões foram destinados para o investimento em uma fabricante nacional de respiradores pulmonares, a Megamed.

Mas o planejamento prévio não evitou enormes percalços. O processo foi extremamente complexo, exigindo flexibilidade e muita dedicação da equipe coordenada pelo diretor de Relações e Gestão Legal da empresa, Pablo Machado. No total, cerca de 70 colaboradores se envolveram de alguma forma na ação. A viagem dos equipamentos China-Brasil passou por momentos que pareciam tirados

Solidariedade

de algum filme: muitas mudanças de planejamento por causa de imprevistos, reuniões nas madrugadas e noites mal dormidas. Expôs toda equipe a situações atípicas e mostrou a relevância do papel do profissional de relações governamentais na coordenação de uma ação desta natureza.

ALTA DEMANDA

Já de início Pablo percebeu que as negociações não se dariam da forma que a empresa estava acostumada. Como se tratam de equipamentos com alta demanda, os preços estavam inflados e havia muita competição para adquiri-los. Por quatro vezes a empresa teve o pagamento suspenso, pois os fabricantes resolviam concluir a venda para outros interessados. Quando isso acontecia, era necessário refazer todo o trâmite. “Nós fazíamos parte de negociações em que disputávamos a mercadoria com governos dos Estados Unidos, Itália... Uma situação totalmente inédita”, afirma.

Assim que o procedimento foi finalizado, a equipe passou a se dedicar à logística. No entanto, 48 horas antes do embarque, com um avião já fretado, uma mudança na regulação de importação da China colocou em risco todo o esforço. O governo chinês tinha receio de que a doença voltasse a contaminar a população, exigindo, portanto, um bom estoque de respiradores e máscaras. “Era sexta-feira, avião decolaria na segunda, mas passou a vigorar uma nova exigência de que todos os itens médicos fossem inspecionados fisicamente na aduana. Éramos pegos de surpresa o tempo todo”, relembra Pablo.

Foi necessário um esquema de guerra. Colaboradores da Suzano que trabalham na China dormiram no aeroporto para ter certeza de que os itens seriam examinados a tempo. Com muitas ligações madrugada adentro e, segundo Pablo, a ajuda fundamental do embaixador brasileiro em Pequim, Paulo Estivallet de Mesquita, as caixas puderam embarcar. Outro ponto bastante sensível na logística era a



“ O profissional de relações governamentais é o que está melhor posicionado para operar processos como esse. ”

Pablo Machado

Diretor de Relações e Gestão Legal da Suzano

situação de calamidade pública, em que os governos podem reter uma mercadoria que esteja escassa. Assim, era essencial determinar uma rota que fizesse uma escala sem riscos. Com uma equipe formada por especialistas em direito internacional, Pablo descobriu que havia um acordo informal de não confisco com os Emirados Árabes. Foi por essa razão que o avião fretado pela Suzano fez escala em Dubai.

Do início da prospecção à entrega das máscaras e respiradores passaram-se 45 dias. A distribuição foi toda coordenada pela equipe de relações governamentais que, com transparência, conversou o tempo todo com o governo federal e governos estaduais. Houve também a participação de um conselho de profissionais da saúde, que avaliavam a eficácia dos itens importados. Sem contar os três profissionais na China e as equipes das áreas comercial, logística, comunicação e jurídica, que se envolveram em momentos distintos na importação.

Solidariedade



Para driblar o risco de confisco, a mercadoria fez rota por Dubai. Ao todo, somando as equipes do exterior, logística e transporte, foram 70 pessoas envolvidas na ação que trouxe para o Brasil os respiradores e máscaras



Passado o intenso trabalho, as noites mal dormidas e as revisões de plano, o saldo é extremamente positivo. Segundo Pablo, uma das lições que permanecem é a de ter contribuído para um momento particularmente difícil para o país. Ele também destaca como grande aprendizado a forma como a companhia lidou com a crise. “Muitas empresas entram no modo sobrevivência. É preciso manter o olho no negócio, mas também olhar além”. Foi uma experiência enriquecedora agir em um cenário de crise. O profissional de relações governamentais é o que está melhor posicionado para operacionalizar processos como esse.

Era 9h05 da manhã quando o avião que trazia respiradores e máscaras da China pousou no aeroporto de Cumbica, em Guarulhos. Lá, uma equipe do Ministério da Saúde já estava a postos para levar 20 ventiladores pulmonares e 90 mil máscaras, que foram doados para alguns municípios. O restante foi distribuído pela própria Suzano para cidades mais necessitadas. O estado do Mato Grosso, por exemplo, ficou com 15 respiradores que atenderão a rede de saúde da capital e o município de Três Lagoas. Já 80 mil máscaras foram distribuídas para a capital além de Água Clara, Aparecida do Taboado, Brasilândia, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita, Selvíria e Três Lagoas.

Outro estado que recebeu as doações foi o Espírito Santo. Uma carga de 30 respiradores e 80 mil máscaras foi para a rede de saúde de Vitória, municípios da grande Vitória e regiões norte e sul do estado, como Serra, Aracruz, São Mateus, Cachoeiro de Itapemirim, Conceição da Barra, Pedro Canário e Montanha, Pinheiros e Vila Valério. Em São Paulo ficaram 260 mil máscaras e 50 respiradores. Os critérios para escolher dos estados e municípios que receberiam os equipamentos levaram em consideração a necessidade de cada local e regiões onde a companhia atua.

Mas o envolvimento da Suzano no combate à COVID-19 não terminou com a entrega das máscaras e dos respiradores. A companhia está apoiando costureiras e artesãos na confecção de máscaras de tecido para serem doados a 55 mil pessoas, como colaboradores e familiares, caminhoneiros e integrantes de projetos sociais apoiados pela empresa. Além disso, está investindo na construção do Hospital de Campanha no município de Teixeira de Freitas (BA) e estabeleceu uma parceria com a Fatec de Capão Bonito (SP) para a produção de álcool gel. O projeto de assistência durante a pandemia engloba também um programa social de apoio a pequenos agricultores para vender seus produtos por delivery em 38 comunidades de cinco estados.

Solidariedade

SOLIDARIZA IRelGov: UMA FORMA DE AJUDAR

A história narrada por Pablo Machado, diretor de Relações e Gestão Legal da Suzano, é um exemplo das milhares de ações com o mesmo caráter colocadas em prática por pessoas e empresas de diferentes portes e em diferentes cantos do Brasil. Não é exagero dizer que a guerra contra o novo coronavírus é a luta mais importante que vivemos na história mundial recente. Daí, mais do que nunca, a importância de que cada um se obrigue a assumir a responsabilidade por outro ser humano - o conceito básico de so-li-da-ri-e-da-de.

Vem do sentimento e da ação prática desta palavra enorme a proposta lançada entre os associados e associadas do IRelGov para a divulgação das ações desenvolvidas por cada um. Demos a este projeto o nome de SOLIDARIZA IRelGov. "O objetivo principal do SOLIDARIZA é sensibilizar os profissionais e promover uma corrente do bem na luta contra a COVID-19 no Brasil", explica a diretora de Comunicação do IRelGov, Raquel Araujo. "Num momento delicado como o que estamos passando, disseminar boas práticas se faz necessário", completa.

Em meados de maio demos o primeiro passo rumo a prática do SOLIDARIZA: enviamos um e-mail com duas perguntas para nortear o trabalho de divulgação dos projetos com o perfil que procuramos e que tenham basicamente o envolvimento de profissionais de relações governamentais. Recebemos dez respostas afirmativas de ações, sendo que cinco delas se disponibilizaram a gravar um vídeo - seja no local de trabalho ou na comunidade onde mora - para contar sua história de solidariedade.

Para quem não quer ou não pode gravar um vídeo, damos a opção de enviar uma foto e fazer um relato resumido da ação que desenvolve - explicando o projeto e o público beneficiado. Se tiver uma foto maravilhosa, melhor ainda. É importante contarmos essas histórias para inspirar

que outras surjam. Essa é uma forma de enfrentar a crise e nos preparar para o mundo que teremos no pós-pandemia.

Para aqueles que concordaram em gravar um vídeo falando da sua ação ou daquela desenvolvida por sua empresa, pedimos para que sigam alguns padrões:

- Duração do vídeo: um minuto e meio no máximo.
- O celular deve ficar na horizontal (deitado), formato que se adequa a mais de uma rede social.
- Ao gravar, fique atento com a luz que possa surgir na imagem vinda de uma lâmpada ou da janela. Opte sempre por ficar com a luz no seu rosto, atrás do celular. Além disso, tente deixar o aparelho numa distância que pegue você do tórax para cima, mas cuidado para não ficar longe demais e o som ficar baixo.

NÃO RESPONDEU A PESQUISA E QUER PARTICIPAR? Ainda dá tempo. Mande um email para estagio@irelgov.com.br

Quando nos juntamos, é impossível não vencer!



SOLIDARIZA IRELGOV

DIVULGANDO BOAS AÇÕES DE ASSOCIADOS PARA O CUIDADO, PREVENÇÃO E APOIO DURANTE A PANDEMIA

PARA NOS AJUDAR, RESPONDA À PESQUISA

irelgov | Instituto de Relações Governamentais



Perspectivas de Melhores Práticas em RIG e a COVID-19



Rodrigo Navarro*

Vivemos em 2020 um momento sem precedentes, apesar de já termos passado por outras graves crises, incluindo guerras e pandemias. Um ponto em particular que difere esta das demais é a quantidade de tecnologia disponível atualmente – algo que traz vantagens e desvantagens. Por exemplo, se hoje podemos ter acesso à informações originadas em qualquer parte do planeta de forma extremamente rápida, essa facilidade de geração e compartilhamento tem trazido problemas para acompanhar uma quantidade massiva de dados, filtrando o que é relevante daquilo que é *fake news*, seja na saúde ou em quaisquer outras.

Diversos indicadores demonstram a gravidade desse momento. Podemos escolher um (existem dezenas de outros com o mesmo tom) para ilustrar o ponto, que é o ICEI – Índice de Confiança do Empresário Industrial

CNI, que indica o menor valor histórico de 34,7 pontos em maio/20, versus 60,3 registrado em março.

Essa situação vem reforçar a influência das externalidades sobre a estratégia das organizações, tanto no ambiente externo quanto interno, impactando as forças de mercado (como concorrentes atuais/potenciais, produtos/serviços substitutos, fornecedores, clientes) e de não-mercado (governo, ONGs, mídia, academia), e a importância da área de RIG – Relações Institucionais e Governamentais nesse complexo contexto durante e após o período de crise. É necessária uma combinação de ações por todos os envolvidos. No caso das organizações, uma revisão de seus níveis de estratégia empresarial (corporativa, competitiva, funcional) e do ponto de vista de RIG (institucional, setorial/multisetorial, transversal), parcerias e ações conjuntas junto a um maior nú-

Artigo

mero de *stakeholders*, com um acréscimo na periodicidade dessas interações.

Muitas empresas, no Brasil e no exterior, estão fazendo isso. Como exemplos externos podemos citar compilação do World Economic Forum, que traz o caso da Uber oferecendo uma quantidade de corridas gratuitas às autoridades de saúde no Reino Unido; a Airbus construindo respiradores de uso médico; e a HP mobilizando soluções de impressão 3D no combate à COVID-19. No âmbito nacional, iniciativas como a doação de R\$ 1 bilhão para combater a pandemia pelo Itaú; AMBEV, Gerdau e Einstein se unindo à Prefeitura de São Paulo para a construção de um centro para tratamento de coronavírus; e a Toyota e sua Fundação, doando 25 toneladas de alimentos e 28 mil máscaras, constituem alguns exemplos.

No tocante especificamente à RIG, vemos que essa atividade transcende fronteiras e independe do local de trabalho. O que tenho visto nas interações diárias com outros profissionais dessa área leva a algumas reflexões. Alguns têm declarado com surpresa nesse período de crise estarem se deparando com características que não são (ou não deveriam ser) novas: um contato constante com *C-level* e outras áreas da empresa; atuação com total transparência (alegando que muitas das interações são gravadas) e muito trabalho. Ora, para quem tem experiência nessa área, nada disso deve (ou deveria) ser novidade. O que mudou, então? Certamente o uso intenso de tecnologia, um volume maior do que o normal de trabalho e de informações para serem processadas/analizadas; novos formatos de interação (como intermináveis sequências de vídeo-chamadas); e a gestão de equipes à distância. Além, é claro, do desafio de influenciar de forma remota: algo que até muitos *stakeholders* (como os parlamentares) têm experimentado por meio dos novos formatos de deliberação do Congresso. Isso sim é novo, e deve deixar um legado para o médio/longo prazo na atividade. A palavra deve ser *equilíbrio* durante a crise e no pós-crise, quando em meio ao caos que se seguirá, muitas oportunidades para RIG se abrirão e as interações pessoais serão mais valorizadas.

Nesse sentido, em outra interessante publicação do World Economic Forum, há relatos de como as empresas estão respondendo à crise trazida pela pandemia da COVID-19. Podemos identificar um padrão em quase todos os casos abordados. A Telenor, trabalhando com autoridades de diferentes países na região onde opera para previsão e prevenção da doença utilizando *big data* e dados provenientes de celulares; a AB InBev, unida a

“ O que tenho visto nas interações diárias com outros profissionais dessa área leva a algumas reflexões. Alguns têm declarado com surpresa nesse período de crise estarem se deparando com características que não são (ou não deveriam ser) novas: um contato constante com *C-level* e outras áreas da empresa; atuação com total transparência (alegando que muitas interações são gravadas) e muito trabalho. ”

parceiros e governos locais na Colômbia, Peru e Equador fabricando produtos de limpeza à base de álcool no apoio ao combate da doença em diferentes comunidades; Sano-fi e GSK trabalhando juntas para desenvolver uma vacina contra a COVID-19 e almejando uma solução que deverá ser acessível em termos de custo e distribuição em todo o mundo. Qual o padrão mencionado nesses casos? A intensa relação setor privado-governos, ou nossa conhecida atividade de RIG.

Interessante notar que, apesar desse evidente reforço na necessidade de aumento do relacionamento institucional e governamental mundo afora, não temos visto isso ser enfatizado em notícias e artigos acadêmicos no Brasil (o presente material é um esforço nesse sentido).

Por exemplo, duas renomadas consultorias, Accenture e McKinsey, publicaram recentemente materiais onde destacam, respectivamente (tradução livre): “à medida que os governos fazem intervenções significativas em resposta ao coronavírus, as empresas estão se adaptando rapidamente às novas necessidades de seus funcionários, clientes e fornecedores, enquanto enfrentam desafios financeiros e operacionais”; e “desde o início da crise, a McKinsey publicou mais de 70 artigos sobre o extraordinário impacto na saúde pública e na economia, bem como as ideias que os líderes governamentais e empresariais precisam para salvaguardar vidas e meios de subsistência”.

Mas como as referidas adaptações das empresas e as ideias e reações aos desafios serão analisadas e tratadas pelos diferentes públicos envolvidos? Quem fará essa intermediação entre as empresas e os respectivos *stakeholders*-chave, incluindo – mas não somente –

Artigo

aqueles de Governo? Para as necessárias adaptações de ambientes regulatórios e não uma simples atividade de cumprimento do que está sendo discutido/estabelecido, a quem poderemos recorrer?

A resposta para todas essas questões é a mesma: a área e profissionais de RIG. Para fazer frente a esses desafios, podemos relacionar uma série de recomendações, considerando impactos, prioridades e melhores práticas na arena de RIG no Brasil e no mundo, de forma objetiva nesses tempos de crise e pandemia:

- **Adapte as estratégias:** incorpore flexibilidade, adaptabilidade, sensibilidade, criatividade, gentileza, generosidade e velocidade.

- **Filtre:** entenda em profundidade quais legislações estão sendo publicadas e/ou propostas (impactos, requisitos).

- **Repense o propósito:** reflita sobre o que realmente importa para além do próprio negócio (funcionários, clientes, comunidades), sempre com empatia verdadeira.

- **Competências:** reforce as habilidades para uma atuação otimizada de RIG.

- **Lidere com compromisso:** tenha foco no investimento em relacionamentos futuros e de longo prazo.

- **Seja resiliente:** não basta ficar no discurso, é necessário ir para a prática.

- **Compartilhe informações:** forneça para todos que necessitem informações úteis, de forma frequente e com qualidade.

- **Aumente a visibilidade:** concentre-se e cuide da reputação corporativa e profissional perante todas as partes interessadas.

- **Reconheça o impacto nos negócios:** mas, ao mesmo tempo, reconheça os impactos socioeconômicos na vida de todos.

- **Junte-se a vozes confiáveis:** obtenha informações, por exemplo, de cientistas, médicos, técnicos, sempre que necessário para posicionamentos e/ou tomada de decisões.

- **Priorize:** o que precisa parar/acontecer/pausar, com quem falar, por que e quando.

“As referidas adaptações das empresas e as ideias e reações aos desafios serão analisadas e tratadas pelos diferentes públicos envolvidos? Quem fará essa intermediação entre as empresas e os respectivos stakeholders-chave, incluindo - mas não somente - aqueles de Governo?”

- **Utilize diferentes canais:** otimize o uso dos vários canais disponíveis para entregar mensagens selecionadas para os principais públicos selecionados.

- **Alinhe internamente:** entregue análises de externalidades pelas lentes de RIG para alinhamento com o C-level, jurídico, financeiro, recursos humanos, operações, dentre outras áreas da cadeia de valor.

- **Use tecnologia:** monitoramento via inteligência artificial/aumentada e robôs de busca, videoconferência, tecnologia em nuvem, dentre outras ferramentas.

- **Pense desde já no pós-crise:** considere impactos no futuro do trabalho, comunicações e relacionamentos.

- **Mantenha a “licença para operar”:** atenção à integração, autenticidade, novos questionamentos e valores percebidos.

Para ilustrar de forma prática, trago o caso da entidade que presido, a ABRAMAT (Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção), entidade que representa mais de 20 setores e reúne cerca de 50 empresas e 400 fábricas no país.

Do ponto de vista estratégico, estabelecemos três linhas de ações prioritárias nesse momento de crise: seleção e envio de informações qualificadas aos associados e membros; interação constante com o(s) Governo(s) e periódica com demais stakeholders selecionados (como a mídia); e compartilhamento interno de melhores práticas entre associados, membros, e com outras entidades.

No plano tático, executamos diversas ações, como reuniões semanais do Comitê de Crise; disponibilização de área específica no site da entidade com atualizações periódicas, em formato aberto; estabelecimento

Artigo

de trabalho remoto, antecipação de férias e renegociação do valor do aluguel das salas em São Paulo e Brasília; participação em Grupos de Trabalho e Comitês criados pelo Governo (com o estabelecimento de um ponto focal para maior agilização na comunicação); elaboração de diagnósticos precisos, baseados em dados, e oferecimento de propostas factíveis com embasamento técnico; e estabelecimento de parcerias sinérgicas com outras entidades (CNI, FIESP, ANAMACO, entre outras).

Como exemplos dos resultados obtidos das ações que se encontram em pleno andamento, tivemos várias das propostas aceitas e implementadas pelo governo, desenvolvemos e coordenamos posicionamentos (cartas abertas) em conjunto com outras 60 entidades envolvendo temas comuns, e tivemos, no Decreto 10.329, de 28/04/20, o justo reconhecimento da essencialidade da produção, distribuição, comercialização e entrega de materiais de construção.

Gostaria de reforçar também um ponto que já era muito importante para RIG e que ganhou ainda mais relevância durante esse cenário de crise: a questão da capacitação.

Já escrevi em outros artigos que há muito tempo a área de RIG deixou de ter no *network* seu foco único. Claro que uma boa rede de contatos continua sendo importante, mas outros fatores preponderantes foram sendo somados ao longo do desenvolvimento dessa atividade, em especial nesses momentos de crise: o conhecimento específico (competências em RIG, entre *hard* e *soft skills* – como planejamento por cenários, gestão do tempo, negociação, comunicação interpessoal e controle emocional – e o saber sobre a empresa e respectivos setores de atuação); e a experiência, ou o que já foi vivenciado e que pode servir de inspiração em casos futuros (por exemplo, este mesmo enfrentamento de crise, que deve gerar uma série de boas práticas, além de erros cometidos que servirão como aprendizado).

Assim, muito se fala em atividades e setores cujas demandas tiveram forte queda e que deverão ter

“ Esta atividade [RIG] está sendo muito importante nesse contexto de crise e será ainda mais demandada no pós-crise sob diversos formatos. Por exemplo, as empresas que não tinham essa área internamente passaram a considerar a sua criação; aquelas que já tinham, pensam em reforçá-la; muitas passaram a contratar novos serviços digitais de monitoramento de atividades no Congresso e em Assembleias Legislativas ”

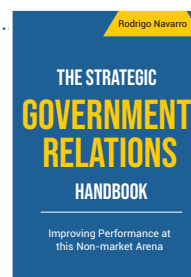
uma recuperação lenta, como viagens, turismo, restaurantes, hotéis, cinemas, salões de beleza; e outras que tiveram um expressivo aumento de demanda e que devem se manter em alta, como entrega de comida; ensino à distância; telemedicina; planos de saúde; produtos de limpeza; serviços de *streaming*; seguros.

Mas nessa relação não encontramos, novamente, os serviços de RIG. Esta atividade está sendo muito importante nesse contexto de crise e será ainda mais demandada no pós-crise sob diversos formatos. Por exemplo, as empresas que não tinham essa área internamente passaram a considerar a sua criação; aquelas que já tinham, pensam em reforçá-la; muitas passaram a contratar novos serviços digitais de monitoramento de atividades no Congresso e em Assembleias Legislativas por todo o Brasil; as consultorias nessa área estão sendo mais procuradas, seja para novos contratos ou para trabalhos específicos, assim como já está acontecendo em outros países.

Há muito trabalho a fazer. Vamos em frente, juntos, profissionais de RIG.

Rodrigo Navarro é Doutor pela Rennes School of Business, professor e coordenador do MBA em Relações Governamentais da FGV, Presidente da ABRAMAT – Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção e idealizador do Anuário ORIGEM.

Em meados de maio, a pesquisa de doutorado apresentada por Rodrigo Navarro na instituição acadêmica francesa foi lançada como o livro “The Strategic Government Relations Handbook: Improving Performance at this Non-Market Arena” disponível na versão e-book. Dividido em cinco capítulos, o livro traz teoria, conceitos, modelos, ferramentas e exemplos práticos que podem ajudar a otimizar o desempenho na atividade de Relações Governamentais.





STF considera COVID-19 como doença ocupacional?



Por Eriça Tomimaru*

No dia 29 de abril de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu a liminar para suspender a eficácia de dois artigos da Medida Provisória (MP) 927/2.020, que trata da flexibilização das relações trabalhistas em razão do estado de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19. Os artigos suspensos são o 29 e 31¹, que tratam respectivamente dos critérios para defi-

nir o coronavírus como doença ocupacional e a limitação da atuação de auditores fiscais do trabalho à atividade de orientação.

De acordo com os ministros, trata-se de ônus muito pesado para o empregado ter de comprovar que sua doença é relacionada ao trabalho, haja vista que não

1 Art. 29. Os casos de contaminação pelo coronavírus (covid-19) não serão considerados ocupacionais, exceto mediante comprovação do nexo causal;

Art. 31. Durante o período de cento e oitenta dias, contado da data de entrada em vigor desta Medida Provisória, os Auditores Fiscais do Trabalho do Ministério da Economia atuarão de maneira orientadora, exceto quanto às seguintes irregularidades:

I – falta de registro de empregado, a partir de denúncias;

II – situações de grave e iminente risco, somente para as irregularidades imediatamente relacionadas à configuração da situação;

III – ocorrência de acidente de trabalho fatal apurado por meio de procedimento fiscal de análise de acidente, somente para as irregularidades imediatamente relacionadas às causas do acidente; e

IV – trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil.

Artigo

há forma de se comprovar o exato momento de sua contaminação pelo coronavírus.

A decisão liminar foi proferida no julgamento de sete Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs), ajuizadas contra a MP pelo Partido Democrático Trabalhista (ADI 6342), pela Rede Sustentabilidade (ADI 6344), pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (ADI 6346), pelo Partido Socialista Brasileiro (ADI 6348), pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e pelo Partido dos Trabalhadores (PT), conjuntamente (ADI 6349), pelo partido Solidariedade (ADI 6352) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (ADI 6354).

Com a suspensão da eficácia do artigo 29 da MP 927/2020, surge o seguinte questionamento: o STF avalia que os casos de contaminação da COVID-19 serão considerados como doença ocupacional?

Há uma corrente que defende que para o STF os casos de contaminação da COVID-19 serão considerados (automaticamente) como acidente do trabalho, trazendo uma nova interpretação sobre as premissas relativas ao que seria uma doença ocupacional e quanto ao nexo causal da aquisição da doença e a atividade laboral, haja vista que a doença pode ser contraída em qualquer ambiente. Para tanto, levou em consideração que, como estamos em período de isolamento social, o trabalhador que é obrigado a sair de casa está mais propenso a se contaminar do que outras pessoas.

A corrente divergente entende que a suspensão dos efeitos do artigo 29 da MP 927/2020 não presume o entendimento de que os casos de coronavírus deverão ser caracterizados automaticamente como doença do trabalho. De acordo com essa corrente, a intenção da MP é tornar claro que a COVID-19 não pode ser considerada como doença ocupacional automaticamente, com vistas a evitar a sua judicialização e, com a suspensão do referido dispositivo, cada caso deverá ser analisado de forma individual.

A corrente divergente destaca que, assim como o STF entendeu que seria muito oneroso ao trabalhador comprovar que se trata de uma doença relacionada ao trabalho, a mesma regra deveria ser aplicada aos empregadores. Como justificativa alega que, na hipótese de o empregador ser obrigado a se responsabilizar pela doença do empregado, seria provável que prefira dispensá-lo

“ Nesse cenário, independentemente de qual corrente prevalecerá, é recomendável aos empregadores demonstrar que adotaram todos os cuidados necessários para preservar a saúde e integridade de seus empregados ”

a correr tal risco. De acordo com a legislação vigente, a doença profissional é definida como aquela produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Já a doença do trabalho é aquela adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que a atividade é realizada e com ela se relaciona diretamente, também constante da relação do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

Para a natureza acidentária da incapacidade ser caracterizada, é necessário o nexo técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo, decorrente da relação entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças.

Nesse cenário, independentemente de qual corrente prevalecerá, é recomendável aos empregadores demonstrarem que adotaram todos os cuidados necessários para preservar a saúde e integridade de seus empregados, como por exemplo: (i) priorização da realização dos trabalhos em casa; (ii) identificação de eventuais riscos; (iii) entrega de equipamentos de proteção individual (específicos para esse período de pandemia); (iv) orientação e fiscalização das medidas relacionadas à segurança; (v) criar planos de prevenção etc.

Devido à importância da matéria, faz-se necessário acompanhar as ações diretas de inconstitucionalidade para verificar qual será o entendimento a ser adotado nos casos de contaminação por COVID-19. Entretanto, se a MP 927/2020 não for votada até o dia 19 de julho de 2020, ela será arquivada e, por conseguinte, as ações judiciais serão julgadas improcedentes, por perda de objeto.

* **Eriça Tomimaru** é diretora Jurídica do Instituto de Relações Governamentais e advogada do escritório Di Blasi, Parente & Associados.